

Sumário

PARTE I DIREITO ELEITORAL MATERIAL

Capítulo 1 – Fundamentos do Direito Eleitoral	35
1.1. Direito Eleitoral	35
1.2. O desenvolvimento da ciência eleitoralista e sua relação com a democracia	36
1.3. Fundamentos do Direito Eleitoral.....	40
Capítulo 2 – Legislação Eleitoral	45
2.1. Competência legislativa.....	45
2.2. O princípio da anterioridade eleitoral.....	46
2.3. Constituição Federal	47
2.4. Código Eleitoral.....	52
2.5. Leis Esparsas	52
2.5.1. LC nº 64/90 – Lei das Inelegibilidades	53
2.5.2. Lei nº 9.096/95 – Lei dos Partidos Políticos.....	53
2.5.3. Lei nº 9.504/97 – Lei das Eleições	54
2.6. A aplicação subsidiária do CPC, do CPP e de outras leis.....	55
2.6.1. A aplicação subsidiária do CPC ao contencioso eleitoral antes do advento do CPC/15	56
2.6.2. O art. 15 do CPC/15.....	61
2.6.2.1. A exigência de compatibilidade sistêmica.....	61
2.6.2.2. A inexistência de disposição legal mais adequada ao direito material.....	62
2.6.2.3. Aplicação supletiva e aplicação subsidiária.....	63
2.6.3. Aplicação em espécie	64
2.6.3.1. O incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	64
2.6.3.2. A contagem dos prazos em dias úteis	65
2.6.3.3. O prazo de interposição do Agravo Regimental.....	66
2.6.3.4. Contraditório substancial.....	66
2.7. Resoluções do TSE.....	67
2.8. Consultas	68
Capítulo 3 – Princípios do Direito Eleitoral	71
3.1. Princípio da anualidade (ou anterioridade da lei eleitoral)	71
3.2. Princípio da aquisição progressiva dos atos.....	72

3.3.	Princípio da adequação das técnicas processuais ao calendário eleitoral	74
3.4.	Princípio da tipicidade (legalidade) dos atos eleitorais	75
3.5.	Princípio da moralidade eleitoral	77
3.6.	Princípio da liberdade do voto	78
3.7.	Princípio da sinceridade do escrutínio	79
3.8.	Princípio do in dubio pro suffragii	80
3.9.	Princípio da dupla titularidade do mandato	81
Capítulo 4	– Direitos Políticos	85
4.1.	Conceito	85
4.2.	O direito de votar	87
4.2.1.	Sufrágio e voto: delimitação conceitual	87
4.2.2.	A natureza do sufrágio: direito ou dever? A questão do voto obrigatório	88
4.2.3.	Características	91
4.2.3.1.	Universal	91
4.2.3.2.	Direto	92
4.2.3.3.	Secreto	92
4.2.3.4.	Periódico	94
4.2.3.5.	Igual	94
4.2.3.6.	Livre	95
4.2.3.7.	Personalíssimo	95
4.2.3.8.	Cláusula pétrea	96
4.2.4.	Alistamento	96
4.2.4.1.	Conceito	97
4.2.4.2.	Alistamento e segurança das eleições	97
4.2.4.3.	Requisitos	98
4.2.4.4.	Procedimento de inscrição	102
4.2.4.5.	O Domicílio Eleitoral e sua transferência	102
4.2.4.6.	A exclusão do eleitor do cadastro de eleitores	103
4.3.	O direito de ser votado: a capacidade eleitoral passiva	104
4.3.1.	Elegibilidade, inelegibilidade e incompatibilidade: distinções conceituais	104
4.3.1.1.	Elegibilidade	105
4.3.1.2.	Inelegibilidade	106
4.3.1.3.	Incompatibilidade	109
4.3.2.	Classificação	111
4.3.2.1.	Inatas e cominadas	111
4.3.2.2.	Inelegibilidades absolutas e relativas	111
4.3.2.3.	Inelegibilidades constitucionais e legais (infraconstitucionais)	112
4.3.2.4.	Inelegibilidades anteriores e supervenientes	112
4.3.3.	A natureza do rol previsto no art. 14, § 3º, da CF/88	114
4.3.4.	A autorização constitucional para criação de outras hipóteses de inelegibilidade (art. 14, § 9º, da CF/88)	115

4.3.4.1.	O prazo de cessação e as inelegibilidades processuais.....	116
4.3.4.2.	Os parâmetros para criação das inelegibilidades	118
4.3.5.	Condições de elegibilidade e de inelegibilidades em espécie.....	119
4.3.5.1.	Nacionalidade brasileira	119
4.3.5.2.	Pleno exercício dos direitos políticos.....	120
4.3.5.3.	Alistamento eleitoral.....	120
4.3.5.4.	Domicílio eleitoral na circunscrição	121
4.3.5.5.	Filiação partidária	121
4.3.5.6.	Idade mínima.....	123
4.3.5.7.	Alfabetização.....	124
4.3.5.8.	A vedação ao terceiro mandato (art. 14, §§ 5.º e 6.º, da CF/88).....	125
4.3.5.9.	A elegibilidade de cônjuges e de parentes dos Chefes do Executivo.....	130
4.3.5.10.	Elegibilidade dos militares.....	133
4.3.5.11.	Inelegibilidade decorrente da perda do mandato do membro do Legislativo nas hipóteses do art. 55, I e II, da CF/88 (art. 1º, I, “b”, da LC nº 64/90).....	134
4.3.5.12.	Inelegibilidade dos chefes do Executivo (exceto Presidente) que tiverem seus mandatos cassados pelo legislativo (art. 1º, I, “c”, da LC nº 64/90)	136
4.3.5.13.	Inelegibilidade pela prática de ilícitos eleitorais	139
4.3.5.14.	Inelegibilidade decorrente de condenação criminal (art. 1º, I, e, da LC nº 64/90)	142
4.3.5.15.	Inelegibilidade dos declarados indignos do oficialato (art. 1º, I, “f”, da LC nº 64/90).....	150
4.3.5.16.	Inelegibilidade pela rejeição de contas dos administradores públicos (art. 1º, I, g, da LC nº 64/90).....	150
4.3.5.17.	A inelegibilidade decorrente do cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i, da LC nº 64/90)	158
4.3.5.18.	Inelegibilidade em razão de renúncia ao mandato (art. 1º, I, “k”, da LC nº 64/90)	159
4.3.5.19.	Inelegibilidade pela condenação em atos dolosos de improbidade administrativa (art. 1º, I, “l”, da LC nº 64/90)	160
4.3.5.20.	Inelegibilidade decorrente da exclusão da profissão por decisão do órgão de classe (art. 1º, I, “m”, da LC nº 64/90)	161
4.3.5.21.	A inelegibilidade pela fraude no desfazimento de vínculo familiar (art. 1º, I, “n”, da LC nº 64/90)	162
4.3.5.22.	Inelegibilidade em razão de demissão do serviço público (art. 1º, I, “o”, da LC nº 64/90).....	162
4.3.5.23.	Inelegibilidade em razão de doações eleitorais ilícitas (art. 1º, I, “p”, da LC nº 64/90).....	163

4.3.5.24.	A inelegibilidade decorrente da aposentadoria compulsória (art. 1º, I, “q”, da LC nº 64/90)	164
4.3.5.25.	Inelegibilidades decorrentes da ausência de desincompatibilização (art. 1º, II a VII, da LC nº 64/90).....	164
4.3.6.	O momento de aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade.....	165
4.3.7	A suspensão da inelegibilidade advinda das decisões judiciais (art. 26-C da LC nº 64/90).....	172
4.3.7.1.	A competência da Justiça Comum e a inelegibilidade.....	173
4.3.7.2.	A suspensão de parcela dos efeitos da decisão recorrida	175
4.3.7.3.	Competência para a apreciação da medida	176
4.3.7.4.	Apreciação da medida cautelar pelo relator.....	178
4.3.7.5.	A exigência de requerimento expresso na peça recursal ..	180
4.3.7.6.	Plausibilidade da pretensão recursal	182
4.3.7.7.	Prioridade no Julgamento do recurso	182
4.3.7.8.	A modificação da decisão liminar e suas consequências..	182
4.3.7.9.	Atos manifestamente protelatórios	183
4.3.7.10.	Ampliação da eficácia do art. 26-C aos demais casos de inelegibilidade.....	184
4.4.	Perda e suspensão dos direitos políticos.....	184
4.4.1.	Diferença entre perda e suspensão dos direitos políticos.....	184
4.4.2.	Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado .	186
4.4.3.	Recusa de cumprir obrigação legal a todos imposta ou prestação social alternativa	186
4.4.4.	Incapacidade civil absoluta	187
4.4.5.	Condenação criminal transitada em julgado	188
4.4.6.	Improbidade administrativa.....	189
Capítulo 5	– Partidos Políticos.....	195
5.1.	Partidos políticos e democracia	195
5.2.	Das normas que regem os partidos políticos.....	198
5.2.1.	A autonomia partidária e seus limites	198
5.2.2.	A Lei Orgânica dos Partidos Políticos.....	200
5.2.3.	As resoluções do TSE.....	200
5.3.	Conceito e natureza jurídica	201
5.4.	Criação, registro e modificação dos partidos políticos.....	203
5.4.1.	Da aquisição da personalidade civil	203
5.4.2.	Do apoioamento	203
5.4.3.	Do registro do estatuto perante os Tribunais Regionais Eleitorais ..	205
5.4.4.	Do registro do estatuto perante o TSE	206
5.4.5.	Da alteração das regras estatutárias	206
5.4.6.	Do controle das regras estatutárias pelo TSE.....	207
5.4.7.	Os órgãos de direção partidários (diretórios)	207
5.5.	Filiação Partidária.....	211
5.5.1.	Conceito.....	211

5.5.2.	Requisitos.....	211
5.5.3.	Comunicação à Justiça Eleitoral.....	212
5.5.4.	A ausência de informação da filiação partidária e a duplicidade de filiação.....	213
5.6.	Administração Financeira dos partidos políticos.....	215
5.6.1.	A arrecadação de recursos financeiros.....	215
5.6.1.1.	Fontes lícitas de receita.....	215
5.6.1.2.	Fontes vedadas.....	219
5.6.2.	O gasto de recursos financeiros.....	220
5.6.2.1.	Manutenção das sedes e serviços do partido.....	221
5.6.2.2.	Criação e manutenção de instituto ou fundação de doutrinação política.....	222
5.6.2.3.	Promoção e difusão da participação política das mulheres.....	222
5.6.2.4.	Despesas com alimentação.....	223
5.6.2.5.	Assessoria jurídica e contábil.....	224
5.6.2.6.	Compra, locação e reforma de móveis e imóveis.....	226
5.6.2.7.	Impulsionamento de conteúdo digital.....	226
5.6.3.	A necessidade de escriturar e de documentar a entrada e a saída de recursos.....	227
5.6.4.	As sanções decorrentes da administração irregular de recursos.....	227
5.6.5.	Responsabilidade pela administração financeira.....	229
5.7.	Fidelidade partidária.....	230
5.7.1.	O regime jurídico da infidelidade partidária.....	231
5.7.2.	As hipóteses de justa causa para desfiliação.....	236
5.7.2.1.	Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário.....	237
5.7.2.2.	Grave discriminação política pessoal.....	238
5.7.2.3.	No período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.....	238
5.7.2.4.	Eleição por partido que não atingiu a cláusula de desempenho.....	240
5.8.	Funcionamento parlamentar.....	241
Capítulo 6	– Justiça Eleitoral.....	243
6.1.	A criação da Justiça Eleitoral.....	243
6.2.	Organização da Justiça Eleitoral.....	247
6.2.1.	A temporariedade dos mandatos.....	247
6.2.2.	Tribunal Superior Eleitoral.....	251
6.2.3.	Tribunais Regionais Eleitorais.....	256
6.2.4.	Juízes eleitorais.....	262
6.2.5.	Juntas eleitorais.....	264
6.3.	A natureza dos atos praticados pela Justiça Eleitoral.....	266
6.3.1.	A distinção entre a atividade jurisdicional (contenciosa e voluntária) e a atividade administrativa.....	269

6.3.1.1.	Jurisdição (voluntária e contenciosa) e atividade administrativa	269
6.3.1.2.	A jurisdição pressuposta no conflito	272
6.3.1.3.	Crítica à concepção da Jurisdição com base exclusivamente no conflito	274
6.3.1.4.	Jurisdição fundada na ausência de interesse do Judiciário na causa	279
6.3.1.5.	Apreciação crítica	282
6.3.2.	As propostas de sistematização das atividades da Justiça Eleitoral	288
6.4.	Competência da Justiça Eleitoral	290
6.4.1.	TSE	294
6.4.1.1.	Competência originária	294
6.4.1.2.	Competência recursal	299
6.5.	A função normativa da justiça Eleitoral	299
Capítulo 7 – Ministério Público Eleitoral		303
Capítulo 8 – Processo Eleitoral		305
8.1.	Delimitação conceitual	305
8.2.	Controle do processo eleitoral	310
8.3.	A natureza jurídica (jurisdicional ou administrativa) dos atos jurídicos eleitorais que formam o processo eleitoral	314
8.4.	Alistamento Eleitoral	315
8.5.	Convenções partidárias para escolha de candidatos	315
8.5.1.	Conceito e características	315
8.5.2.	Momento de realização	316
8.5.3.	Propaganda intrapartidária	316
8.5.4.	O respeito ao devido processo legal e às deliberações dos diretórios nacionais no procedimento de escolha de candidatos	317
8.5.5.	A formação de coligações	318
8.5.6.	O registro da convenção	320
8.5.7.	Identificação numérica dos candidatos	321
8.5.8.	O controle jurisdicional da convenção	323
8.6.	Registro de Candidatura	323
8.7.	Campanha Eleitoral: Administração Financeira – Financiamento e controle de gastos	324
8.7.1.	Financiamento de campanha: as receitas (arrecadação)	326
8.7.1.1.	Delimitação temporal	328
8.7.1.2.	Fontes vedadas e as doações de pessoas jurídicas	328
8.7.1.3.	Fontes permitidas	330
8.7.2.	Gastos de campanha	341
8.7.2.1.	Limite de gastos (global e por despesas)	341
8.7.2.2.	Responsabilidade pelos gastos	343
8.7.2.3.	Gastos de natureza eleitoral	344
8.7.3.	Formalidades essenciais e escrituração das receitas e despesas	347

8.7.3.1.	Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e abertura de conta bancária: o início das atividades financeiras	347
8.7.3.2.	O registo de receitas	348
8.7.3.3.	O registo das despesas.....	349
8.7.4.	Saldo final: sobras e dívidas de campanha	350
8.7.4.1.	Sobras de campanha.....	350
8.7.4.2.	Dívidas de campanha.....	351
8.7.5.	Prestação de contas de campanha.....	352
8.8.	Campanha eleitoral: pesquisas eleitorais.....	353
8.8.1.	A importância e o risco das pesquisas	353
8.8.2.	Registro das pesquisas	354
8.8.3.	Pesquisas e enquetes	356
8.9.	Campanha eleitoral: propaganda eleitoral	357
8.9.1.	Conceito.....	357
8.9.2.	Espécies de propaganda político-eleitoral.....	357
8.9.3.	Princípios reitores da propaganda eleitoral.....	358
8.9.4.	Poder de polícia	360
8.9.5.	O momento de realização da propaganda	361
8.9.5.1.	O início da propaganda e a pré-campanha.....	361
8.9.5.2.	Fim da propaganda.....	368
8.9.6.	Meios de veiculação da propaganda eleitoral	370
8.9.6.1.	Bens públicos (dominicais e de uso comum).....	371
8.9.6.2.	Bens particulares	372
8.9.6.3.	Material impresso.....	373
8.9.6.4.	Comícios	374
8.9.6.5.	Alto-falantes e amplificadores de som.....	375
8.9.6.6.	Imprensa escrita	376
8.9.6.7.	Internet.....	378
8.9.6.8.	Rádio e televisão	385
8.9.7.	Propaganda regular e propaganda irregular.....	393
8.10.	Eleições (votação, apuração e totalização e proclamação dos resultados)....	394
8.10.1.	Preparação da eleição.....	394
8.10.1.1.	Preparação das urnas eletrônicas.....	394
8.10.1.2.	Preparação das mesas receptoras.....	395
8.10.1.3.	Preparação dos locais de votação	396
8.10.2.	As garantias para o ato de votar.....	396
8.10.2.1.	A restrição a prisões cautelares.....	396
8.10.2.2.	A facilitação dos meios de transporte	397
8.10.2.3.	O distanciamento de força armada.....	399
8.10.2.4.	A proibição da venda de bebidas alcoólicas	399
8.10.2.5.	A utilização de forças federais para garantir a ordem (normalidade das eleições e liberdade do eleitor) nas eleições.....	400
8.10.3.	Votação e sistemas eleitorais	401

8.10.3.1. Sistemas eleitorais	401
8.10.3.3. O ato de votar.....	407
8.10.4. Apuração, totalização dos votos e proclamação dos eleitos: a questão relativa à nulidade dos votos e à anulação das eleições	411
8.10.4.1. Candidatos inelegíveis ou não registrados	411
8.10.4.2. Falsidade, Fraude, coação e abuso de poder econômico ou de autoridade e captação ilícita de sufrágio	415
8.10.5. Proclamação dos eleitos	418
8.10.6. Anulação das eleições, novas eleições e renovação da votação	418
8.10.6.1. Hipóteses de anulação	419
8.10.6.2. Assunção temporária do cargo	421
8.10.6.3. A renovação das eleições: eleições suplementares.....	421
8.10.6.4. A renovação da votação	424
8.11. Diplomação	427
8.11.1. A diplomação como término do processo eleitoral.....	428
8.11.2. A diplomação como marco jurídico-temporal.....	429
8.11.3. Natureza jurídica	430
8.11.4. Requisitos do diploma	432
8.11.5. Hipóteses impeditivas da diplomação	432
8.12. Ilícitos do processo eleitoral.....	433
8.12.1. Processo eleitoral e vícios dos atos jurídicos	435
8.12.2. Ilícitos da propaganda.....	437
8.12.2.1. Técnicas vedadas.....	438
8.12.2.2. Conteúdo vedado	439
8.12.2.3. Inobservância de requisitos formais	444
8.12.2.4. Meios vedados	445
8.12.2.5. Período vedado	447
8.12.2.6. Quadro resumo.....	448
8.12.3. Abuso de poder político e abuso de poder econômico.....	454
8.12.3.1. Abuso de poder em sentido amplo e abuso de poder em sentido estrito.....	454
8.12.3.2. A utilização de conceitos jurídicos indeterminados na configuração do abuso de poder.....	454
8.12.3.3. Abuso de poder econômico.....	456
8.12.3.4. Abuso de poder político ou de autoridade	457
8.12.3.5. Sanções	458
8.12.4. Condutas vedadas	460
8.12.4.1. Conceito de agente público	462
8.12.4.2. Candidatos	462
8.12.4.3. Condutas vedadas em espécie	463
8.12.4.4. Sanções	477
8.12.4.5. Sanções em espécie.....	478
8.12.5. Captação ilícita de sufrágio.....	480
8.12.6. Captação e gastos ilícitos de campanha.....	484
8.12.7. Fraude.....	485

PARTE II

DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

Capítulo 1 – Premissas para a Compreensão do Direito Processual Eleitoral.....	495
1.1. O desenvolvimento do Direito processual eleitoral a partir da criação assistemática das ações eleitorais: as mudanças de paradigmas quanto ao direito de ser votado.....	495
1.2. A judicialização das eleições.....	511
1.3. A aplicação subsidiária do CPC.....	513
1.3.1. A reaproximação do direito processual ao direito material.....	513
1.3.2. A incompatibilidade do CPC com o Direito Eleitoral.....	515
1.3.2.1. A insuficiência da técnica processual individualista do Código de Processo Civil.....	515
1.3.2.2. As peculiaridades do Direito Eleitoral e a natureza dos direitos em jogo.....	516
1.3.2.3. A proposta de análise sob a perspectiva da tutela processual coletiva.....	519
Capítulo 2 – Parte Geral.....	523
2.1. Características do Direito Processual Eleitoral.....	523
2.1.1. A legitimidade ativa restrita.....	523
2.1.2. A tipicidade de ações e das técnicas processuais.....	527
2.1.3. A inexistência de um procedimento comum ordinário estabelecido pela Lei.....	533
2.1.4. A irrelevância do pedido frente à tipicidade dos ilícitos eleitorais, <i>iura novit curia</i> e a Súmula 62 do TSE.....	534
2.1.5. A eficácia imediata dos provimentos judiciais.....	539
2.2. Reunião de processos: Conexão, continência e litispendência.....	541
2.2.1. Os vínculos entre demandas eleitorais.....	541
2.2.2. Conexão, continência e litispendência.....	543
2.2.3. Critérios para identificação das ações eleitorais.....	546
2.2.4. A regulação das ações conexas e litispendentes no Direito Eleitoral: o art. 96-B da Lei nº 9.504/97.....	548
2.2.4.1. O art. 96-B, caput: as hipóteses de reunião de processos.....	548
2.2.4.2. A possibilidade de novas demandas: legitimidade concorrente e disjuntiva.....	550
2.2.4.3. O art. 96-B, § 2º: o tratamento da ação idêntica (litispendência) proposta por outro legitimado.....	551
2.2.4.4. A repetição da demanda fundada em nova ou outras provas (art. 96-B, § 3º, da Lei nº 9.504/97).....	552
2.3. A prova nas ações eleitorais.....	552
2.3.1. O princípio <i>in dubio pro suffragii</i> e a certeza da prova.....	552
2.3.2. Peculiaridades quanto à prova testemunhal.....	553
2.3.3. A livre apreciação da prova pelo órgão judicial eleitoral e o contraditório das partes.....	555

2.4.	Intervenção de terceiros.....	556
2.4.1.	Premissas fundamentais da intervenção de terceiros	559
2.4.2.	Premissas particulares do Direito Eleitoral.....	560
2.4.3.	Interesse jurídico direto e indireto no Direito Eleitoral	562
2.4.3.1.	Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	562
2.4.3.2.	Amicus curiae.....	565
2.4.3.3.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	565
2.4.3.4.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo.....	566
2.5.	Atos processuais	566
2.6.	Tutelas provisórias.....	569
2.6.1.	A compatibilidade sistêmica: necessidade de adequação para aplicação do CPC em áreas diversas da civil individualista	569
2.6.2.	A concessão das medidas provisórias no Direito Eleitoral.....	570
2.6.2.1.	A ausência de norma proibitiva.....	570
2.6.2.2.	A desnecessidade de demonstração do periculum in mora	571
2.6.2.3.	A suposta irreversibilidade	571
2.6.2.4.	O <i>in dubio pro suffragii</i> como limitador da tutela de tutela de urgência	572
2.6.2.5.	Da compatibilidade da tutela de evidência.....	572
2.6.2.6.	A irrecorribilidade das decisões interlocutórias como limitador da tutela de evidência	573
2.7.	Coisa julgada.....	574
Capítulo 3	– Pedido de Registro de Candidatura	579
3.1.	Histórico.....	579
3.2.	A relação entre registro de candidatura e a elegibilidade.....	580
3.3.	Natureza jurídica	584
3.4.	Legitimados.....	586
3.5.	Prazo.....	587
3.6.	Procedimento.....	587
3.6.1.	Requerimento	587
3.6.1.1.	Quantidade de candidaturas que podem ser requeridas: a questão da cota de gênero	588
3.6.1.2.	Documentos que devem ser anexados.....	590
3.6.1.3.	Varição nominal	606
3.6.2.	Publicação de edital.....	607
3.6.3.	Vista ao Ministério Público	608
3.6.4.	Diligências.....	608
3.6.5.	Decisão	610
3.6.5.1.	Prazo.....	610
3.6.5.2.	Natureza	611
3.6.5.3.	Limites da justiça eleitoral na apreciação das inelegibilidades em processo de registro	613
3.6.5.5.	Efeitos.....	614

3.7.	O conhecimento de ofício da inelegibilidade e a notícia de inelegibilidade..	623
3.8.	Pedido de substituição de candidato	631
3.8.1.	Quem pode ser substituído.....	631
3.8.2.	Momento em que pode ser realizada a substituição	631
3.8.3.	Hipóteses de substituição	632
3.8.3.1.	Indeferimento do registro	633
3.8.3.2.	Inelegibilidade.....	633
3.8.3.3.	Renúncia.....	633
3.8.3.4.	Falecimento.....	636
3.8.3.5.	Cancelamento do registro	636
3.8.4.	Prazo de requerimento.....	637
Capítulo 4	– Ação de Impugnação do (Pedido de) Registro de Candidatura	639
4.1.	Histórico	640
4.2.	Natureza jurídica	642
4.3.	Legitimidade ativa.....	643
4.3.1.	Candidato	643
4.3.2.	Partido político	645
4.3.3.	Coligação.....	645
4.3.4.	Ministério Público.....	646
4.3.5.	Eleitor.....	647
4.4.	Legitimidade passiva.....	648
4.5.	Causa de pedir.....	651
4.6.	Prazo	654
4.7.	Procedimento.....	655
4.7.1.	Inicial.....	655
4.7.2.	Defesa.....	655
4.7.3.	Julgamento conforme o estado do processo	657
4.7.4.	Instrução.....	657
4.7.5.	Alegações finais	658
4.7.6.	Parecer do Ministério Público	659
4.7.7.	Decisão	659
Capítulo 5	– Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	661
5.1.	Histórico e natureza jurídica	661
5.2.	A raiz constitucional da AIJE e seu papel na constituição judicial de inelegibilidades.....	664
5.3.	Legitimidade ativa.....	665
5.4.	Legitimidade passiva.....	665
5.5.	Causa de pedir.....	667
5.6.	Pedido	670
5.7.	Prazo.....	670
5.8.	Competência.....	672
5.9.	Procedimento.....	672
5.9.1.	Inicial.....	673

5.9.2.	Rejeição liminar ou demora na apreciação da inicial.....	674
5.9.3.	Contestação	675
5.9.4.	Réplica.....	675
5.9.5.	Saneamento e instrução.....	676
5.9.6.	Alegações finais	677
5.9.8.	Parecer do Ministério Público	677
5.9.9.	Julgamento.....	678
5.10.	Tutela de urgência.....	680
5.11.	AIJE e a cumulação de demandas.....	680
Capítulo 6	– Representação do art. 96 da Lei das Eleições	681
6.1.	Histórico e natureza jurídica	681
6.2.	Causa de pedir.....	682
6.3.	Legitimados.....	684
6.4.	Prazo.....	684
6.5.	Competência	685
6.6.	Procedimento.....	686
6.6.1.	Inicial.....	686
6.6.2.	Tutela provisória.....	688
6.6.3.	Citação	689
6.6.4.	Defesa	689
6.6.5.	Instrução probatória.....	689
6.6.6.	Parecer do Ministério Público	690
6.6.7.	Decisão	690
Capítulo 7	– Direito de Resposta	693
7.1.	O direito de resposta na seara eleitoral.....	693
7.2.	Especificidades processuais	695
7.2.1.	Legitimidade ativa	695
7.2.2.	Prazo	695
7.2.3.	Inicial.....	696
7.2.4.	Defesa: a inversão do ônus da prova	697
7.2.5.	Parecer do Ministério Público	699
7.2.6.	Decisão	699
Capítulo 8	– Representação pela Prática de Condutas Vedadas	701
8.1.	Natureza jurídica	701
8.2.	Causa de pedir.....	701
8.3.	Legitimidade.....	702
8.4.	Procedimento.....	702
8.5.	Prazo para ajuizamento	703
Capítulo 9	– Representação pela Prática de Captação Ilícita de Sufrágio	705
9.1.	Natureza jurídica	706
9.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	706
9.3.	Causa de pedir.....	707

9.4. Prazo.....	707
9.5. Procedimento.....	708
9.6. Decisão.....	709
Capítulo 10 – Recurso contra a Expedição de Diploma	711
10.1. Histórico.....	711
10.2. Natureza jurídica.....	712
10.3. Legitimados.....	713
10.4. Causa de pedir (cabimento).....	713
10.4.1. Inelegibilidade superveniente.....	714
10.4.2. Inelegibilidades constitucionais.....	715
10.4.3. Ausência de condição de elegibilidade.....	716
10.5. Prazo.....	716
10.6. Competência.....	717
10.7. Procedimento.....	718
Capítulo 11 – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	721
11.1. Histórico e natureza jurídica.....	721
11.2. Legitimidade.....	722
11.3. Causa de pedir.....	723
11.4. Pedido.....	724
11.5. Prazo.....	724
11.6. Procedimento.....	725
11.7. Competência.....	727
11.8. Efeitos da procedência.....	728
Capítulo 12 – Prestação de Contas.....	731
12.1. O dever de prestar contas.....	731
12.1.1. O dever de prestar contas e a prestação de contas simplificada dos diretórios municipais.....	732
12.2. Prestação de contas anual.....	734
12.2.1. Previsão normativa.....	734
12.2.2. Competência.....	734
12.2.3. A natureza jurisdicional da prestação de contas.....	734
12.2.4. A periodicidade e o prazo de apresentação das contas.....	736
12.2.5. Procedimentos.....	736
12.2.5.1. Apresentação e publicação.....	736
12.2.5.2. Rito ordinário.....	737
12.2.5.3. Rito sumário para casos de contas não prestadas.....	748
12.2.5.4. Rito especial em caso de ausência de movimentação financeira.....	751
12.3. Prestação de contas de campanha.....	752
12.1. Amparo normativo.....	753
12.2. Natureza jurídica.....	753
12.3. Publicidade dos dados da prestação de contas.....	753
12.4. Prazo.....	754

12.5. Os prestadores de contas.....	754
12.6. Procedimento.....	755
12.6.1. Apresentação e publicação	755
12.6.2. Análise técnica.....	756
12.6.3. Esclarecimentos	756
12.6.4. Parecer do MP	757
12.6.5. Julgamento.....	757
12.7. A prestação de contas de campanha e a representação por captação e gastos ilícitos de campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/97).....	760
Capítulo 13 – Representação por Captação (Arrecadação) e Gasto Ilícitos de Recursos de Campanha	761
13.1. Prazo.....	762
13.2. Causa de pedir.....	763
13.3. Pedido	764
13.4. Legitimidade.....	765
13.5. Procedimento.....	767
13.6. Tutela cautelar.....	768
Capítulo 14 – Representação por Doação acima do Valor Legal	771
14.1. Legitimidade.....	772
14.2. Causa de pedir.....	772
14.3. Pedido	774
14.4. Prazo	774
14.5. Competência.....	775
14.6. Procedimento.....	775
Capítulo 15 – Ação de Exclusão de Eleitor	777
15.1. Causa de pedir.....	778
15.2. Legitimidade.....	778
15.3. Rito.....	779
15.4. Sentença.....	779
15.5. A exclusão do eleitor a partir da revisão do eleitorado.....	781
Capítulo 16 – Ação de Perda de Mandato por Infidelidade Partidária e Ação Declaratória de Justa Causa para Desfiliação	783
16.1. Natureza jurídica	783
16.2. Prazo.....	784
16.3. Causa de pedir.....	784
16.4. Legitimidade.....	785
16.5. Intervenção de terceiros.....	786
16.6. Competência.....	787
16.7. Procedimento.....	788
16.7.1. Inicial.....	788
16.7.2. Defesa.....	788
16.7.3. Instrução probatória.....	789

16.7.4. Alegações finais	789
16.8. Julgamento	789
16.8.1. Efeitos	789
16.8.2. Eficácia	791
Capítulo 17 – Recursos Eleitorais.....	793
17.1. Aspectos gerais.....	793
17.2. Meios de impugnação das decisões judiciais no Direito Eleitoral	794
17.3. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito.....	795
17.4. Requisitos de admissibilidade.....	796
17.4.1. Cabimento	796
17.4.2. Legitimidade recursal	797
17.4.3. Interesse em recorrer	801
17.4.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer.....	802
17.4.5. Tempestividade.....	802
17.4.6. Regularidade Formal.....	804
17.4.7. Preparo	805
17.5. Princípios recursais.....	806
17.5.1. Princípio da Singularidade.....	806
17.5.2. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	806
17.5.3. Princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	808
17.5.4. Princípio da Fungibilidade.....	809
17.6. Efeitos dos recursos.....	811
17.7. Dos Recursos em Espécie.....	815
17.7.1. Os recursos eleitorais e o órgão competente.....	815
17.7.2. O recurso inominado	816
17.7.3. Embargos de Declaração	818
17.7.4. Recurso Ordinário	821
17.7.5. Recurso Especial Eleitoral	826
17.7.6. Recurso Extraordinário.....	830
Capítulo 18 – Ações Autônomas de Impugnação	831
18.1. Ação Rescisória Eleitoral	831
18.1.1. Cabimento	833
18.1.2. Casos de Inelegibilidade	833
18.1.3. Decisões exclusivamente do TSE.....	838
18.1.4. Fundamentos para a rescindibilidade	840
18.1.5. Prazo para o ajuizamento.....	840
18.1.6. Eficácia da decisão rescindenda	842
18.1.7. Procedimento	844
18.2. Mandado de Segurança contra ato judicial no processo eleitoral	844
18.2.1. Mandado de Segurança como sucedâneo recursal.....	844
18.2.2. As fases da evolução do pensamento jurídico sobre o MS contra ato judicial.....	846

18.2.3. Os requisitos para o cabimento do MS contra ato judicial no Direito Eleitoral	849
18.2.3.1. Decisão irrecorrível.....	850
18.2.3.2. Decisão ilegal (teratológica?) e que fira direito líquido e certo	852
18.2.3.3. Decisão que não esteja coberta pela coisa julgada	856
18.2.3.4. Objeto do <i>mandamus</i>	858
18.2.3.5. Decisão capaz de produzir danos irreparáveis ou de difícil reparação.....	860
18.2.4. Prazo	862
18.2.5. O mandado de segurança e o terceiro prejudicado	864
18.2.6. Competência	866
Anexo 1 – Comentários a EC nº 107/2020	869
Normas transitórias e sua eficácia temporal.....	869
a pandemia da COVID 19 e O adiamento das eleições	870
a necessidade de emenda constitucional	872
Referências Bibliográficas.....	887